



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 050

SERRA PELADA

Armin Mathis

Belém, Dezembro de 1995

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Marcos Ximenes Ponte

Vice-reitor

Zélia Amador de Deus

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Francisco de Assis Costa

Diretor Adjunto

Tereza Ximenes Ponte

Conselho editorial do NAEA

Edna Ramos de Castro

Francisco de Assis Costa

Indio Campos

Marília Emmi

Setor de Editoração

E-mail: editora_anae@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_anae@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 050

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

SERRA PELADA

Armin Mathis

Resumo:

No final do ano de 1979, início de 1980, descobre-se, por coincidência, ouro na fazenda Três Barras, localizada entre as cidades de Marabá e Serra dos Carajás¹. Como é de costume na região, onde desde 1976 surgem garimpos e onde, devido ao alto preço do ouro, cada vez mais fazendeiros estão investindo na prospeção de ouro em suas terras (Kotscho 1984: 13ss, Schmink/Wood 1992: 220), o dono da fazenda fornece alimentos e ferramentas para um grupo de garimpeiros e libera mediante o pagamento de uma taxa de 30% da produção de ouro, a área para a garimpagem. Ao contrário dos outros garimpos da região, a ocorrência de ouro na fazenda Três Barras se mostra altamente rica. Num período de duas semanas, as três equipes que trabalhavam na área produziram mais de oito quilogramas de ouro. Depois que um comprador de ouro em Marabá espalhou a informação sobre essa jazida promissora em poucos dias, mais de 1000 pessoas chegaram à Serra Pelada - nome dado ao garimpo baseado em uma serra vizinha sem cobertura vegetal. Como nem todos os interessados conseguiram barrancos na grotá rica, eles foram obrigados a garimpar nas colinas, onde encontra-se logo em seguida ouro “grosso”, que gera uma nova corrida para a área.

Palavras-chave: Garimpo. Serra Pelada.

¹ Existem várias versões sobre as circunstâncias da descoberta (c.f. Kotscho 1984 e Silva 1981).

Introdução

No final do ano de 1979, início de 1980, descobre-se, por coincidência, ouro na fazenda Três Barras, localizada entre as cidades de Marabá e Serra dos Carajás². Como é de costume na região, onde desde 1976 surgem garimpos e onde, devido ao alto preço do ouro, cada vez mais fazendeiros estão investindo na prospeção de ouro em suas terras (Kotscho 1984: 13ss, Schmink/Wood 1992: 220), o dono da fazenda fornece alimentos e ferramentas para um grupo de garimpeiros e libera mediante o pagamento de uma taxa de 30% da produção de ouro, a área para a garimpagem. Ao contrário dos outros garimpos da região, a ocorrência de ouro na fazenda Três Barras se mostra altamente rica. Num período de duas semanas, as três equipes que trabalhavam na área produziram mais de oito quilogramas de ouro. Depois que um comprador de ouro em Marabá espalhou a informação sobre essa jazida promissora em poucos dias, mais de 1000 pessoas chegaram à Serra Pelada - nome dado ao garimpo baseado em uma serra vizinha sem cobertura vegetal. Como nem todos os interessados conseguiram barrancos na grotta rica, eles foram obrigados a garimpar nas colinas, onde encontra-se logo em seguida ouro “grosso”, que gera uma nova corrida para a área (Brasil 1980c: 8). Em março de 1980, mais de 5.000 pessoas estavam trabalhando no garimpo, situado dentro de uma área de concessão da CVRD³. No mesmo mês a Rio Doce Geologia e Mineração - DOCEGEO se instalou no garimpo como compradora de ouro, exercendo um direito que lhe cabia como detentora da concessão. Ela negociou com o dono da fazenda a redução da taxa cobrada dos garimpeiros para dez por cento e a venda de mercadorias dentro do garimpo somente com dinheiro, ao invés de ouro. Em 20/05/80, o governo federal através de um conjunto de órgãos sob comando do Serviço Nacional de Informação (SNI), interveio diretamente no garimpo de Serra Pelada. Mas ao contrário do que poderia se pensar, a ocupação não visava a expulsão dos garimpeiros da área da concessão da DOCEGEO, mas a execução do controle sobre o garimpo. O Estado impôs-se como dono de garimpo, não para expulsar, mas para controlar o garimpo, justificando assim a invasão da área concedida a CVRD. César Cals, Ministro de Minas e Energia, deu em 1983 as seguintes explicações entre outras pela intervenção.

“1. O número de garimpeiros então existente era muito grande, exigindo para sua retirada, uma operação de grande envergadura;

² Existem várias versões sobre as circunstâncias da descoberta (c.f. Kotscho 1984 e Silva 1981)

³ A Companhia Vale do Rio Doce - CVRD conseguiu em 1974 uma concessão de prospeção para a área. Na época o interesse da Vale não era o ouro mas sim o ferro, e tudo indica que ela não tinha conhecimento da jazida de ouro.

2. Havia necessidade de chamar atenção da sociedade para o problema do ouro, conforme estipulava o documento elaborado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, em Julho de 1979;
3. Havia necessidade de demonstrar à opinião pública brasileira e mundial o potencial mineral da região do Carajás;
4. A área era, de um lado, suficientemente isolada e pontual e, de outro, próxima à civilização para que se desenvolvessem aí as experiências necessárias ao detalhamento de uma política aurífera tendo como suporte imediato a garimpagem;
5. O garimpo se localizava em uma nova fronteira econômica e socialmente sensível;
6. A empresa detentora dos direitos minerais necessitava de tempo para implantar seu projeto.

O fato de a área estar encravada na região do Grande Carajás exige que o Governo tenha agilidade no tratamento do problema e que tenha condições de gerência todos os aspectos ocorrentes nas áreas, sob pena de comprometer o desempenho do Projeto Global” (Cals; 1983, p.10).

Essa postura do governo militar foi a expressão mais clara de uma mudança na atuação do Estado frente à garimpagem, que iniciou-se em março de 1979, no Governo Figueiredo.

A política para o ouro no final dos anos 70

Até então, na visão do Ministério das Minas e Energia (MME) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a garimpagem na Amazônia, interpretada como uma forma rudimentar de extração de recursos minerais, se justificava somente na sua função como indicador para ocorrências minerais, que depois da sua descoberta por garimpeiros deveria ser explorada por empresas de mineração. O direito do garimpeiro, de explorar legalmente uma jazida descoberta por ele, lhe é negado. A atividade garimpeira se expande na década de 70 na Amazônia, apesar da falta de atenção dos órgãos governamentais. O aumento do preço do ouro, em conjunto com o aumento do fluxo migratório para Amazônia depois da conclusão das principais rodovias e o fracasso dos projetos de colonização, formaram a base para o acréscimo que, na segunda metade da década, chegou a entrar em conflito com a atuação de empresas de mineração⁴. Preocupado com esse desenvolvimento, o DNPM criou no ano 1977 o seu Projeto Garimpo, cujo objetivo era um melhor controle dos garimpos através da destinação de áreas específicas para a garimpagem e, no segundo passo, através da implantação de medidas administrativas a fim de controlar melhor a produção dos garimpos.

O aumento do preço de ouro no mercado internacional, o agravamento da crise da dívida externa do país e os crescentes problemas na balança comercial externa - devido ao aumento do preço do petróleo- despertaram no final dos anos 70 o interesse da União no ouro. Assim, a mudança na Presidência da República em 1979 e a posse de César Cals no Ministério de Minas e Energia, não

⁴ Em 1977, garimpeiros invadiram uma área de prospecção da CVRD na Serra das Andorinhas.

representaram somente o deslanchamento do Projeto Ferro Carajás, como também uma mudança significativa na política para o ouro e para a garimpagem. O Brasil, até então, importador do metal precioso, devia se tornar autônomo na produção de ouro e, se possível, tornar-se exportador deste metal. A meta estabelecida pelo Ministério de Minas e Energia era o aumento da produção oficial de ouro de 4,5 toneladas em 1979 para 100 toneladas em 1985 (Brasil, 1981: 43). Sendo na época a produção industrial de ouro reduzido a algumas minas, destacou-se a mina Morro Velho em Minas Gerais, como a maior produtora, e sem poder contar com um aumento significativo da produção oriunda das minas nesse segmento, restava somente se recorrer à garimpagem para conseguir essas metas.

Para a política mineral que até lá somente pensou a mineração via grandes projetos, a atenção dispensada à garimpagem representou uma mudança significativa, mesmo estando ela longe de ser considerada como alternativa à mineração industrial. Nas atividades da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM e do DNPM, órgãos executores da política mineral, durante o primeiro ano da gestão do ministro César Cals reflete-se bem esse novo espírito da política mineral.

Em 1979 foi criado dentro da CPRM o “Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Incremento à Produção Nacional de Ouro”, com o objetivo de pesquisar e divulgar o potencial das jazidas secundárias de ouro na Amazônia. O Grupo de Trabalho, que apresentou o seu resultado em junho de 1980, definiu o seu trabalho como uma contribuição para a reanimação do setor mineral no Brasil e chamou a atenção do Governo para o potencial aurífero da Amazônia, para evitar que empresas estrangeiras se apropriem dessa riqueza (CPRM-DAP 1980: 21). A CPRM também recebeu do Conselho Nacional de Mineração a tarefa de aumentar a sua atuação na organização de garimpeiros através de cooperativas (Minérios, Janeiro, 1980). Dentro do DNPM começou a execução do “Projeto de Estudo de Garimpos Brasileiros - PEBG”⁵ que, segundo o Diretor Geral do DNPM, visava “*o cadastramento dos atuais garimpos, procurando conhecer o potencial mineral de cada um, com o equacionamento de providências necessárias à solução de problemas técnicos e legais, relacionados à maior eficiência da extração do bem mineral garimpado*” (Carvalho, 1981:22). Assumindo a lógica do estado autoritário, o DNPM entendeu o PEBG também como uma contribuição para a segurança nacional porque “*devido ao baixo nível cultural das comunidades garimpeiras, mão-de-obra barata, sem qualquer compromisso de ordem sócio-jurídica, constituem-se ambiente fértil para idéias demagógicas podendo se transformar, facilmente, em fontes de problemas sociais geralmente de difícil controle*” (Carvalho, 1981:22). O DNPM criou em março de 1980, um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar propostas para uma nova política de garimpagem. Em agosto, o grupo apresentou o relatório final. Impressionado pela intervenção governamental em Serra Pelada, o modelo Serra

⁵ Mais detalhes sobre o Projeto de Estudo de Garimpos Brasileiros em: (MME/DNPM, 1980a).

Pelada, cujo êxito se atribuiu à combinação de competência técnica representada pelo DNPM - CPRM e de força, representada pelos órgãos de repressão, vira o novo referencial para guiar a atuação do Estado frente à garimpagem, que deixou de ser um problema da política mineral e para ser tratada dentro da lógica da ideologia da Segurança Nacional⁶.

O modelo Serra Pelada⁷

O regime interno

Com a intervenção, o Governo Federal se impõe como dono de garimpo na Serra Pelada e define as regras que organizam a vida dos trabalhadores controlando também, rigidamente, a entrada e saída de pessoas do garimpo. A estadia é permitida apenas para garimpeiros mediante apresentação de sua matrícula, ou para comerciantes com permissão dada pela coordenação do garimpo. A presença de mulheres é proibida, tanto quanto o porte de armas e o consumo de bebidas alcoólicas. Além da coordenação, sob controle do Serviço Nacional de Informação - SNI, começam a atuar no garimpo os seguintes órgãos do Estado⁸: a Receita Federal (com um contingente de 3 até 10 funcionários), a Caixa Econômica Federal - CEF (com 5 até 7 funcionários), a Empresa de Correios e Telégrafos - ECT (4 funcionários), a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM (7 funcionários), a FSEP (8 funcionários), a Telepará (3 funcionários), a Companhia Brasileira de Abastecimento - COBAL (8-15 funcionários), Polícia Federal (13 - 25 funcionários), Polícia Militar (10 - 15 funcionários). A DOCEGEO, que mantém o maior contingente de pessoal no garimpo, entre 50 e 90 homens, fica responsável pelo fornecimento da infra-estrutura dentro do garimpo e recebe o monopólio da compra de ouro. Todas as transações comerciais dentro do garimpo tem que ser feitas em dinheiro. O DNPM junto com a CPRM passam a ser responsáveis pela supervisão da atividade garimpeira. Isso inclui a escolha e parcelamento de novas áreas para garimpar, controle de equipamento usado, loteamento dos terrenos, escolha de lugares para a apuração do ouro e para depositar o material estéril. A livre escolha do lugar de garimpar passa a ser substituído por um sistema de sorteio de catas⁹ que lembra o “regimento dos superintendentes, guarda-mores e oficiais deputados para as minas de ouro” vigentes durante a época colonial¹⁰. Garimpeiros que infringem as normas estabelecidas pela coordenação, ou por um dos outros órgãos que atuam no garimpo, são punidos ou expulsos do local pelos agentes da

⁶ Sobre a importância da ideologia da Segurança Nacional como fator explicativo para a análise da política dos militares para Amazônia, e especificamente para a política mineral, veja Mathis (1995).

⁷ A nossa exposição se refere de maneira geral ao período de 1980 até 1983.

⁸ Dados conforme Cals (1983), Neves (1980).

⁹ Cata era o nome dado a uma parcela de 2 m x 2 m ou de 2 m x 3 m, a área padrão para trabalhar na Serra Pelada.

¹⁰ Veja Caio Prado Júnior (1987: 57).

Polícia Federal. O poder absoluto da coordenação inclui o direito de funcionar como tribunal de pequenas causas em casos de conflitos entre os garimpeiros da Serra Pelada.

O processo de trabalho dentro da Serra Pelada

O Estado na sua função de dono de garimpo em Serra Pelada, não somente impõe normas para regular a relação garimpeiro - Estado, mas acaba também influenciando no processo da extração do ouro, diretamente através de normas técnicas e indiretamente através do loteamento da jazida, que leva a uma divisão local entre lavra e apuração do material aurífero com várias conseqüências para a forma como o processo de garimpagem se organiza dentro da Serra Pelada. O processo da extração se deu tipicamente da seguinte forma¹¹:

- * O solo da cata é quebrado com pá e picareta e o material é ensacado. Devido às dimensões da cata (4 até 6 m²) no máximo quatro pessoas podem executar essa tarefa.
- * O material retirado da cata é classificado conforme sua qualidade: o material estéril transportado para a montoeira e o material aurífero para a área de apuração.
- * O material aurífero é moído, e depois passa por uma calha (cobra-fumando) onde - via gravidade - deposita-se o pré-concentrado.
- * O pré-concentrado é apurado dentro de uma cuia ou bateia.

Relações de trabalho

As relações de trabalho na Serra Pelada estabelecem-se, no início da atividade garimpeira, dentro de um padrão existente nos garimpos do Sul do Pará. O dono da terra cobra uma taxa para o direito de exploração e as equipes de trabalho que se formam para extrair o mineral se enquadram dentro do sistema da meia-praça¹². Porém a intervenção e a mudança dos aluviões para a extração do ouro primário na cava da mina dão início a uma transformação nas relações de trabalho dentro de Serra Pelada, a partir de substituição na participação do resultado da produção pelo trabalho assalariado, remunerado segundo a quantidade do trabalho.

¹¹ Veja para uma apresentação detalhada o trabalho de Garrido Filho et. al. (1988) ou os relatórios do DNPM.

¹² A meia-praça surgiu na Amazônia primeiro nos garimpos do Tapajós nos anos 60. Ela tem sua origem na vontade de alguns trabalhadores de sair do trabalho assalariado, sem dispor de recursos para bancar as despesas da prospecção e da abertura de um novo garimpo. No início, alguns trabalhadores "receberam" dos donos do garimpo o privilégio da meia-praça, isto é, o dono do garimpo responsabilizou-se pelas despesas de prospecção, caso os garimpeiros conseguissem encontrar uma jazida, eles dividiram a produção com o fornecedor dos alimentos e dos meios de produção. Mais tarde, a meia-praça se estabeleceu, dentro dos garimpos já existentes, como relação entre os trabalhadores e o dono do serviço, que é a pessoa que recebeu do dono do garimpo a autorização para trabalhar uma certa parcela dessa terra. Uma outra forma de meia-praça se estabeleceu dentro dos garimpos, entre comerciantes e trabalhadores. O comerciante fornecia alimentação e meio de trabalho para um grupo de garimpeiros que pagassem depois com a metade da produção.

Pela característica geológica da mina de Serra Pelada - ouro primário de alto teor, mas distribuído erráticamente - e a impossibilidade de fazer um trabalho de prospecção antes de iniciar o processo de extração - as catas são sorteadas pela coordenação. Tudo isso torna a garimpagem em Serra Pelada uma atividade de alto risco, no caso de bamburro compensado por achados de pepitas de tamanho extraordinário¹³. Além disso, a estrutura da cava permite a garimpagem somente fora da época do verão amazônico (junho até novembro), os desmoronamentos e os trabalhos de terraplanagem, para ampliar a cava, fazem com que o dono de uma cata não tenha certeza de que ele poderia continuar o trabalho na mesma cata, depois da reabertura da cava. Essa dupla incerteza - não encontrar ouro e ter que abandonar uma cata produtiva - leva os donos de capital e os trabalhadores a abandonar, por motivos diferentes, o sistema da meia-praça.

A longa fase da retirada manual do material estéril da cata, requer do dono de capital que emprega uma equipe no sistema da meia-praça, uma elevada quantia para custear as despesas de alimentação e dos meios de trabalho. Muitos donos de cata que, depois de trabalhar algumas semanas sem encontrar ouro, não dispunham mais de recursos para financiar a continuação do trabalho, vendendo-se na obrigação de procurar um sócio com capital para poder continuar a trabalhar. Em contrapartida, o novo "sócio-capitalista" recebe uma quota, no resultado, do dono da cata¹⁴. Assim como os donos de cata, os trabalhadores dentro do sistema da meia-praça, encontram meios para diminuir os riscos de uma cata sem ouro. Da mesma forma, como os donos, eles transferem parte do seu direito no resultado da produção, seja para o dono da cata ou para pessoas fora da equipe. Essa transferência, a monetarização de um ganho incerto no futuro, não o libera da obrigação de trabalhar na equipe¹⁵. No final do ano de 82, o trabalho assalariado conforme a quantidade de trabalho, tem se estabelecido como relação dominante dentro da Serra Pelada. Isso se deve, além do barateamento da mão-de-obra em consequência da abertura da Serra Pelada para novos garimpeiros no mesmo ano, em função das eleições, à sazonalidade dos trabalhos e desde 1983, e sobretudo, às discussões sobre o fechamento da Serra Pelada. Donos de cata que no final do verão estavam explorando áreas auríferas, têm um grande interesse de tirar o máximo possível desse material antes do fechamento da cava. Isso requer um contingente grande de mão-de-obra que é contratado na base da diária ou conforme a quantidade do material carregado, em ambos os casos, sem direito à alimentação.

¹³ A maior pepita achada na Serra Pelada pesou 62,7 kg tendo um teor de ouro de 60%.

¹⁴ Como o regimento interno da Serra Pelada proibiu a venda da cata, todos os acertos foram feitos informalmente. A "bolsa das catas" foi beneficiada pelo cadastramento destas pelo DNPM, que forneceu aos donos de cata um documento oficial que provou a posse.

¹⁵ Caso um trabalhador queira sair da equipe, ele deve oferecer a sua quota primeiro ao dono da cata ou apresentar um outro trabalhador para substituí-lo, caso o dono da cata aceite o candidato.

Condições de vida e relações sociais dentro da Serra Pelada

A intervenção federal introduz na Serra Pelada, além da relação capital - trabalho, um segundo momento estruturador nas relações sociais no garimpo: o enquadramento dentro do sistema da intervenção.

Assim, podemos distinguir primeiramente três grupos sociais diferentes:

Os **doutores**, auto-denominação dos membros dos órgãos oficiais atuantes na Serra Pelada, inclusive os funcionários da DOCEGEO. Dentro de sua área de competência, eles têm o poder total. O não-cumprimento de uma ordem significa para o garimpeiro um castigo humilhante ou a expulsão do garimpo. A possibilidade da perda de sua base econômica obriga também os garimpeiros bem-sucedido aturar todos os abusos de poder cometidos pelos membros da equipe de intervenção.

Os **garimpeiros com estadia legalizada no garimpo**, isto é, com a posse da carteira de matrícula de garimpeiro, só poderão ser expulsos do garimpo em caso de infração de uma das normas estabelecidas pela coordenação.

Garimpeiros com estadia não legalizada no garimpo, sendo sujeitos à expulsão assim que detectados por um doutor.

Os garimpeiros, seja com estadia legalizada ou não, podem ser diferenciados nos seguintes segmentos:

Os **donos de cata** - garimpeiros que possuem uma parte de uma cata - financiam o processo de extração e são remunerados com uma parcela da produção de ouro. A qualidade de ser dono de cata não implica necessariamente a participação pessoal no processo de extração.

Os **meia-praças**, isto é, trabalhadores com uma participação minoritária em uma cata, recebem alimentação do dono desta, e o seu ganho corresponde a uma parcela da produção de ouro, em geral 5%. A partir de 1982, com a gradativa abertura do garimpo e a prevalência do trabalho assalariado, o regime de meia-praça fica cada vez mais restrito aos trabalhadores de confiança dos donos de cata em posições chaves no processo de extração, como por exemplo o controle do transporte do material aurífero e apuração do ouro.

Diaristas, trabalhadores assalariados, remunerados independentemente do resultado da produção aurífera. O grupo mais numeroso dentro dos diarista na Serra Pelada é constituído pelos saqueiros, trabalhadores encarregados de transportar o material (estéril ou aurífero) para fora da mina. A remuneração dos saqueiros para um trabalho muito arriscado que, ao final do dia, correspondia ao transporte de um saco de 30 kg por uma distância de 25 até 30 km, oscilava entre 1 e 1,5 g /ouro por dia, conforme preço do ouro e disponibilidade de mão-de-obra no garimpo.

Condições de trabalho

A intervenção federal no garimpo, motivado por razões de segurança nacional e visando somente a apropriação máximo do ouro extraído, traz algumas melhorias a Serra Pelada, até então desconhecidas nos garimpos da Amazônia, como por exemplo posto de saúde, telecomunicação, banco, mas não implanta uma infra-estrutura básica (água, eletricidade, esgoto) capaz de servir a uma população que chega a 80.000 pessoas em 1983. A proibição da presença de mulheres e do consumo de álcool dentro da Serra Pelada consegue eliminar em grande parte, uma série de conflitos, mas não resolveu o problema mais profundo: a organização de uma sociedade constituída de indivíduos, desenraizados e do mesmo sexo, que além das relações criadas pelo capital e do código de comportamento imposto pela coordenação, não dispõe sobre instituições ou organizações formadoras de valores. Os conflitos resultados dessa articulação explodem nas vilas e currutelas fora do garimpo, para onde os trabalhadores se deslocam nos finais de semana.

A luta dos garimpeiros pela Serra Pelada

No final de 1982, a DOCEGEO termina os trabalhos de prospecção na Serra Pelada e, em março de 1983, a CVRD através da DOCEGEO entrega ao DNPM, o relatório da pesquisa junto com um pedido de lavra. Em negociações entre a coordenação do garimpo, o DNPM e a CVRD fica decidido que o garimpo será fechado no dia 15.11.1983 e que durante este ano os trabalhos de terraplanagem seriam feitos somente para aumentar a largura da mina, sem aprofundamento para evitar desgaste na jazida. No dia 30 de setembro de 1983, o Presidente Figueiredo entrega a coordenação do projeto ouro - até então sob responsabilidade do SNI - ao DNPM, que assim torna-se responsável pela remoção dos garimpeiros. Este órgão elabora um plano de ação que prevê o deslocamento dos garimpeiros da Serra Pelada para a região do Tapajós e para os garimpos do Sul do Pará e do Maranhão.

No início de setembro, o Presidente Figueiredo informa ao Deputado Federal Sebastião Curió, sobre os planos de fechamento do garimpo. Curió, funcionário do SNI, era chefe da equipe de intervenção que tomava conta do garimpo em 1980. Em meados de 1982, ele entregou o cargo a Ari Santos, e se candidata, a pedido do Presidente Figueiredo, a Deputado Federal na legenda do PDS. Sua popularidade na região rendeu-lhe não somente a sua eleição para deputado federal como também a vitória do seu grupo nas eleições municipais em Marabá. Logo depois de saber dos planos de fechamento, Curió começa junto com Antonio Mineiro, representante do Sindicato Nacional dos Garimpeiros em Marabá, a organizar a resistência contra essa decisão. Dentro de dois dias a Câmara aprovou um projeto de lei da sua autoria que prevê a continuação da garimpagem na Serra Pelada durante os próximos cinco anos, sob coordenação de uma cooperativa. O Presidente vetou o projeto,

mas frente a uma possível derrota do veto pela Câmara, que colocaria em jogo a sua autonomia sobre o processo da abertura, ele foi obrigado a recuar e retirar a decisão sobre o fechamento. No dia 27/12/1983, criou-se em Marabá a Cooperativa dos Garimpeiros de Serra Pelada, prevista como futura coordenadora de Serra Pelada. A base social da cooperativa foi formada principalmente por garimpeiros bem-sucedidos, donos de cata e comerciantes, pessoas que tem em comum o grande interesse econômico na continuação da garimpagem. No início do ano de 1984, a situação legal do futuro do garimpo ainda está em aberto, os garimpeiros começam a mudar as formas de resistência. Eles ameaçam com a ocupação das principais vias de transporte na região, caso o governo não resolvesse logo a questão da Serra Pelada. Em maio, o Presidente Figueiredo apresentou ao Congresso um projeto de lei que combinava a licença da continuação da garimpagem em Serra Pelada com o pagamento de uma indenização para a CVRD, empresa detentora da concessão na área, tentando assim conciliar interesse da segurança nacional e interesses do capital. O projeto de lei previa a licença para a garimpagem até a cota de 190 m, e estabelece como valor da indenização a ser pago para a CVRD, o correspondente à quantidade de ouro contido na mina entre as cotas 210 m e 190 m, conforme os relatórios de pesquisa da DOCEGEO.

Em junho, os garimpeiros colocam as ameaças em prática, ocupando a Belém-Brasília, incendiando casas da CVRD em Parauapebas e ameaçando invadir e destruir as instalações da mina de ferro em Carajás (Schmink & Wood, 1992:229). Com muito esforço, Curió conseguiu acalmar os garimpeiros, e frente aos acontecimentos, o Presidente sancionou a lei que garantia a continuidade da garimpagem em Serra Pelada.

A cooperativa como dona de garimpo

A lei 7.194 de 11 de junho de 1984, além de criar a reserva garimpeira Serra Pelada, regula o funcionamento do garimpo. O Ministério de Minas e Energia ficou responsável pela execução das medidas legais, e a cooperativa, pela supervisão da garimpagem. Uma comissão instituída pelo Ministro César Cals elaborou um regimento interno para o garimpo, que a princípio dá continuidade ao status quo. Órgão máximo no garimpo era a comissão supervisora, responsável pelo controle da coordenação e pela elaboração de propostas para a execução das decisões políticas referente à Serra Pelada. A coordenação decide sobre todas as questões referentes à vida interna do garimpo (escolha de novas áreas para a lavra, distribuição de catas, etc.). A execução das decisões tomadas pela coordenação ficava a cargo da Cooperativa, que recebia 5% do ouro comprado pela Caixa Econômica Federal como *royalty*. Além da matrícula garimpeira, os trabalhadores precisam se filiar a cooperativa para poderem exercer suas atividades. Fica vetado o registro de mais de uma cata em nome da mesma

pessoa. O não-cumprimento das ordens da coordenação leva à perda da matrícula garimpeira ou perda da licença de funcionamento, no caso dos comerciantes da Serra Pelada.

Essa estrutura funcionava pouco menos do que um ano. Em outubro de 1985, um atrito entre a coordenação e o cooperativa, que supostamente ia colocar em risco a vida dos funcionários do DNPM e da CPRM encarregados na coordenação, serve ao DNPM como justificativa para a retirada imediata do seu pessoal.

Esse ato, que não se explica pelas ocorrências dentro da Serra Pelada, é reflexo das mudanças que aconteciam no quadro político em 1985: a perda da importância do Ministério de Minas e Energia, encabeçada por Aureliano Chaves, dentro do Governo Sarney e depois de se livrar dos compromissos com a Doutrina da Segurança Nacional, pelo DNPM, que foi entregue a José Belfort dos Santos Bastos, um técnico cujo desprezo pela garimpagem era conhecido.

Em novembro do mesmo ano, o Banco Central notifica à Cooperativa o fato de que o ouro comprado pela Caixa Econômica Federal em Serra Pelada conteve como "impureza" 1,3 toneladas de palladium e que Cooperativa tem o direito de repasse do valor desse metal, correspondendo a 1.800 kg de ouro (R\$ 21.500.000 em preços atuais). Esse repasse, cuja legalidade ainda está tramitando na justiça, viraria um dos mais fortes motivos pela luta sobre a dominação do cooperativa, que começa no início dos anos 90.

A cooperativa dos garimpeiros da Serra Pelada, nunca foi um órgão representativo da classe, mas sim um órgão inicialmente criado pelo Deputado Federal Curió, para assegurar-lhe o controle sobre o garimpo, que sempre representava os interesses dos donos de catas e dos comerciantes ligados à Serra Pelada. Os donos de capital, seja de capital produtivo ou capital financeiro, se encontraram na cooperativa unidos pelo mesmo motivo, de criar novamente condições materiais dentro da Serra Pelada para a valorização do capital. Pinto estima que, no final de 1987, o valor dos créditos em aberto, que os fornecedores - comerciantes atuantes na Serra Pelada tem que receber eram 13 milhões de dólares (Jornal Pessoal, 9). Além das frações do capital que se articulam na cooperativa, uma minoria de garimpeiros tenta enfrentar a decadência da mina com uso de uma tecnologia de cunho industrial. Em 1984, o DNPM libera o uso de mercúrio no garimpo e nos anos seguintes, a Serra Pelada se transforma em um campo experimental de adaptações técnicas sobretudo para melhorar o aproveitamento do ouro contido no rejeito (Magno, 1986).

Em março de 1987, três meses antes do término do prazo estabelecido para o final da garimpagem na lei 7.194, o deputado federal Ademir Andrade apresentou um projeto de lei, que visava a ampliação da reserva garimpeira Serra Pelada para 750 ha. O governo se manifestou contra esse plano, e apresentou como contraproposta a lei 7.599, que modificava grande parte da lei vigente. A proposta previa o fechamento do garimpo, caso não houvesse mais condições para um trabalho

seguro dentro da cava central. Além disso, criava um grupo de trabalho com participação do Governo do Estado, da Cooperativa e do Sindicato dos Garimpeiros de Marabá¹⁶, a fim de estudar uma solução permanente para o garimpo. No relatório final, elaborado pelo grupo de trabalho e apresentado ao Ministro do Interior, em dezembro de 1987, recomendava-se a continuidade de garimpagem na Serra Pelada, a abertura do garimpo para lavra mecanizada do material estéril e do rejeito e a colocação de uma infra-estrutura básica para a currutela do garimpo, que devia se constituir como comunidade. O grupo de trabalho entendeu as suas propostas como colaboração para pacificação da região (O Liberal, 20.1.1988).

Mas a atuação de fato do Estado na Serra Pelada se distingue bastante do discurso dos técnicos, como os acontecimentos no início do ano 1988 mostram. Em novembro de 1987, devido às irregularidades na prestação de contas, o Ministro do Interior coloca a Cooperativa sobre intervenção federal. Antes disso, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já tinha acusado a cooperativa e a Polícia Federal de extorsão e de grilagem de catas, seja através de uso de força de armas, seja através de títulos de propriedade falsos (O Liberal 24.10.1987, Jornal Pessoal 10, Jornal Pessoal 9). Em dezembro do mesmo ano surgem boatos na Serra Pelada sobre a retirada da Polícia Federal do garimpo. Isso leva alguns dos mais bem sucedidos proprietários de cata a antecipar uma ação de protesto inicialmente planejado para o dia 5 de janeiro. A ação visava reforçar a implantação das medidas de melhoria de infra-estrutura apresentadas pelo Grupo de Trabalho. No dia 28 de dezembro, garimpeiros da Serra Pelada ocupam a ponte ferro-rodoviária sobre o Rio Tocantins, levados para lá pelos donos de cata, muitos sem saber os motivos do protesto (Pinto). Quando em Marabá as negociações entre os representantes estavam prestes a ser concluídas, a polícia militar, com cobertura do Ministério da Justiça, começa a desocupar a pontes. Na violenta ação policial morrem, segundo o comando da polícia militar, duas pessoas, e segundo fontes ligados aos garimpeiros, noventa e cinco pessoas ficaram desaparecidas depois da ação (O Liberal 7.1.1988).

O acordo entre os garimpeiros e o Governo prevê a liberação de recursos para trabalhos de terraplanagem na Serra Pelada. Só que a verba colocada à disposição não era suficiente para executar todas as obras necessárias para recomeçar a garimpagem conforme desejado pela cooperativa, que assim fica obrigada a procurar outras fontes de financiamento. Uma dessas tentativas era a negociação com a Mitsubishi. A cooperativa oferece para a empresa a exploração, via métodos industriais, do rejeito e do material estéril da mina, e em contrapartida, a empresa financiaria as obras necessárias para a continuação da garimpagem e pagaria um royalty para a cooperativa (Jornal Pessoal 41), mas as

¹⁶ O Sindicato foi criado em 1983 durante mobilização pela continuação da garimpagem em Serra Pelada (Kotscho; 1984, p. 71)

negociações com a Mitsubishi fracassam, tanto quanto com outras uma empresa de mineração da Austrália.

Da mesma forma a Cooperativa forma contratos de riscos com empresas da construção civil, oferecendo como forma de pagamento uma participação na produção de ouro. Esse procedimento eleva a taxa que o garimpeiro teria que pagar para a cooperativa, de 5% para 7%, sem que sejam recuperadas as mesmas condições de trabalho, como no início do garimpo. Das cerca de 3.000 catas em produção em 1984/85, em 1989 restam somente 40.

Entre 1980 e 1990 o garimpo de Serra Pelada produz oficialmente 48,3 toneladas de ouro, que devido à evasão de ouro, que pode ser calculada em 25% entre 1980 e 1983 e em 50% entre 1984 e 1990, deve corresponder a uma produção real de 56,7 toneladas de ouro. Essa produção representa um valor de 663 milhões de US\$ ou 872 milhões de US\$ para a produção real (veja **tabela a**). Resta agora avaliar os custos sociais e econômicos referentes a esta geração de valor.

Tabela A: Produção de ouro em Serra Pelada 1980 -1990

Ano	Preço de Ouro (US\$/onça troy)	Produção oficial (kg)	Valor da produção oficial (1.000 US\$)	Produção estimada (kg)	Valor da produção estimada (1.000 US\$)
1980	615	6.630	145.475	8.287	181.844
1981	460	2.591	42.561	3.239	53.202
1982	376	6.820	91.461	8.525	114.327
1983	424	13.947	210.946	17.433	263.683
1984	361	2.613	33.653	3.920	50.480
1985	317	2.456	27.825	3.684	41.737
1986	368	2.647	34.773	3.970	52.159
1987	447	2.188	34.878	3.282	52.316
1988	437	745	11.618	1.118	17.428
1989	381	1.300	17.685	1.950	26.527
1990	384	900	12.327	1.350	18.490
Total		42.837	663.202	56.758	872.192

Fonte: DNPM, cálculos próprios.

Custos sociais e ecológicos da garimpagem em Serra Pelada

A maioria da força de trabalho no garimpo de Serra Pelada é constituída por pessoas oriundas da região nordeste, sendo a maioria maranhense (veja **quadro a**). Nota-se que somente uma minoria é paraense. A Serra Pelada se enquadra assim, no padrão comum dos garimpos de ouro da Amazônia, cuja força de trabalho se recruta sobretudo de migrantes do nordeste. Mesmo que o maior contingente de garimpeiros da Serra Pelada fique na faixa etária entre 21 e 40 anos, chama a atenção o fato que, quase um terço dos 267 garimpeiros entrevistados pelos técnicos da Secretaria de Saúde do Estado do Pará - SESPA tem mais de 40 anos. Nesse ponto, a Serra Pelada difere dos outros garimpos da Amazônia, onde prevalece a força de trabalho jovem. A maioria dos garimpeiros já trabalha mais de cinco anos na garimpagem, sendo "*levados pelo desemprego, possibilidade de riqueza, independência econômica e por não possuir terras na cidade de origem.*" (SESPA, 1988, 66). Mas a realidade da vida na Serra Pelada difere em muito dos sonhos.

Quadro A: Perfil social dos garimpeiros da Serra Pelada

Origem	
Maranhão	57 %
Piauí	12 %
Pará	9 %
outros estados	22%
Estado civil	
casado	52 %
solteiro	44 %
outros	4 %
Tempo de garimpo	
até 3 anos	20 %
entre 3 e 5 anos	33 %
mais que 5 anos	47 %
Nível de escolaridade	
alfabetizado	52 %
analfabeto	48 %

Fonte: SESPA 1988

Mesmo sendo a garimpagem supervisionada durante o maior tempo por técnicos da CPRM ou do DNPM, até 1988 cerca de 100 garimpeiros perdem as suas vidas em acidentes de trabalho no garimpo. Além disso, há uma incidência muito grande de acidentes de trabalho, não fatais, e inúmeros casos de seqüelas causadas pelo tipo de trabalho (carregamento de pesos) e pelo ambiente de trabalho (alto índice de poeira). Como o interesse dos órgãos governamentais durante a fase da intervenção do garimpo nunca se concentra nas condições de vida, mas sim no resultado do trabalho dos garimpeiros, os investimentos em infra-estrutura básica e social não passam de uma medida paliativa. Essa situação não muda, depois da entrega do garimpo à cooperativa, cujo interesse principal era de reestabelecer as condições físicas para viabilizar a produção de ouro. Sendo assim o núcleo habitacional da Serra Pelada não passa de uma favela, onde mesmo feito um trabalho preventivo, a SUCAM em 1987 constata 5.000 casos de Malária além de uma grande incidência de doenças sexualmente transmissíveis.

Em 1987, três anos depois da liberação do uso de mercúrio na Serra Pelada, pesquisas sobre o grau da contaminação do solo, da água e do ar, mostram teores elevados de mercúrio dentro do garimpo (MME-DNPM / MMAJ, 1987; DNPM, 1987; Araújo Neto, 1987). Levando em consideração uma relação entre quantidade de mercúrio usado no processo de apuração e quantidade de ouro recuperado de 1,67 g Hg por 1 g Au (Araújo Neto), pode-se estimar para o período de 1984 até 1990 a emissão de 32,1 toneladas de mercúrio. O DNPM estima que a quantidade de mercúrio lançado no

meio ambiente dentro do garimpo, entre 1984 e 1987, fica na faixa de 15 até 90 toneladas¹⁷. Um estudo feito em 1990 confirma a poluição ambiental por mercúrio e mostra os primeiros indícios de uma transformação do mercúrio metálico em metilmercúrio e chama a atenção para uma provável entrada do metal na cadeia alimentar (Fernandes et alii 1990). Mesmo sem encontrar nas pessoas examinadas valores alarmantes de mercúrio, os autores do estudo recomendam o monitoramento dos teores de mercúrio nas águas perto do garimpo e nas espécies de peixes, que fazem parte da dieta alimentar das pessoas da região.

¹⁷ O primeiro valor é baseado em uma relação Au / Hg de 1 / 1,67 e na produção oficial entre 1984 e 1987 (8,6 t); o segundo valor é baseado no consumo semanal de uma unidade de apuração na Serra Pelada (324 g Hg por semana), conforme dados levantados pelo autor da pesquisa (Araújo Neto 1987).

Referências

- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Ministério de Minas e Energia, Departamento Nacional da Produção Mineral (1980): II Plano Decenal de Mineração, Diretrizes Básicas (1981-1990). Brasília.
- REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Ministério de Minas e Energia (1981): Modelo Mineral Brasileiro, o.O.
- CARVALHO, Yvan Barreto de (1981): Uma Política para o Desenvolvimento do Setor Aurífero do País. Brasília (DNPM). mimeo.
- Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - Diretoria de Pesquisa de Recursos Minerais CPRM-DAP (1980): Programa Nacional a curto prazo de avaliação de jazidas auríferas. Rio de Janeiro.
- FERNANDES, R. da Silva / u.a. (1990): Monitoramento do mercúrio na área do Projeto Carajás, In: Hacon S. et alii (Orgs): Riscos e Conseqüências do uso do mercúrio. Rio de Janeiro: INEP. p. 211-228
- GARRIDO Filho, Irene / Ribeiro, Glória Vanicore / da Costa, Írio Barbosa (1988): Estudo da Área Mineradora de Carajás. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4 (ano 50). Rio de Janeiro: IBGE. p. 105 - 163.
- KOTSCHO, Ricardo (1984): Serra Pelada, uma ferida aberta na selva. São Paulo: Brasiliense.
- Ministério de Minas e Energia (1984): Ação Governamental no Setor das Minas e Energia. Brasília. mimeo.
- Ministério de Minas e Energia - Departamento Nacional da Produção Mineral MME-DNPM (1980c): Projeto Estudos dos Garimpos, Sub Projeto Serra Pelada, Relatório Anual, Belém (DNPM), mimeo.
- CALS, Cesar (1983): O Garimpo de Serra Pelada, Pronunciamento do Ministro Cesar Cals na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, Brasília (MME).
- NEVES, Agildo P. (1980): Relatório sintético sobre a Serra Pelada. Belém (DNPM).
- SARNEY não vai mecanizar a Serra, diz Costa Couto. *O Liberal*. 20.1.1988.
- SCHMINK, Marianne / Wood, Charles (1992): *Contested Frontiers in Amazonia*. New York: Columbia University Press.
- Secretaria Estadual de Saúde Pública - SESPA (1988): Avaliação da degradação ambiental nas áreas de extração de ouro no Estado do Pará, relatório parcial, Belém (IDESP), mimeo.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1987): *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 35. ed..